Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional

Portarias de Extensão n.º 2/2018 de 6 de abril de 2018

Portaria de extensão do contrato coletivo de trabalho celebrado entre a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e o Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras das Ilhas de São Miguel e Santa Maria - Setor da Indústria de Laticínios de São Miguel (Núcleo dos Fogueiros)

O [contrato coletivo de trabalho celebrado entre a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e o Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras das Ilhas de São Miguel e Santa Maria - Setor da Indústria de Lacticínios de São Miguel \(Núcleo dos Fogueiros\) - Revisão Global, publicado no *Jornal Oficial*, II Série, n.º 137, de 18 de julho de 2014, com alteração salarial e outras publicada no *Jornal Oficial*, II Série, n.º 148, de 9 de agosto de 2017](#), aplica-se, por um lado, às entidades empregadoras associadas na Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada que se dediquem à indústria de lacticínios e, por outro, aos trabalhadores das profissões e categorias previstas na convenção representados pelo Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras das Ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Ainda que as partes signatárias não tenham expressamente requerido a extensão, na área e âmbito de aplicação da convenção existem empresas e trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas na convenção coletiva de trabalho, não representados pelas entidades outorgantes.

Com efeito, os elementos disponíveis nos Anexos A (Quadros de Pessoal) dos Relatórios Únicos de 2015, indicam que no âmbito geográfico e profissional da convenção, o universo laboral é constituído por 4 entidades empregadoras e 21 trabalhadores com categorias equiparáveis a tempo completo.

Considerando que a convenção procede à atualização da tabela salarial e que importa ter em conta os seus efeitos no emprego e na competitividade das empresas do setor, procedeu-se ao estudo de avaliação do impacto da extensão da tabela salarial. Tendo por referência os Quadros de Pessoal de 2015, concluiu-se que a atualização das retribuições efetivas dos trabalhadores por conta de outrem abrangidos pela presente extensão não representa acréscimo na massa salarial do total dos trabalhadores abrangidos, porquanto todos auferem remunerações acima do convencionado. Atendendo, porém, a que o contrato coletivo concretiza uma revisão global da convenção anterior, prevendo o pagamento de prestações de conteúdo pecuniários, designadamente diuturnidades e subsídio de alimentação, e regulando diversas condições de trabalho, deve manter-se um quadro jurídico uniforme, ressalvadas que sejam cláusulas contrárias a normas legais imperativas.

A extensão da convenção tem, no plano social, o efeito de uniformizar as condições mínimas de trabalho dos trabalhadores e, no plano económico, o de aproximar as condições de concorrência entre empresas do mesmo sector.

Foi cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 516.º do Código do trabalho, com a publicação do aviso e do projeto de portaria de extensão no *Jornal Oficial*, II Série, n.º 44, de 2 de março de 2018, ao qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Manda o Governo da Região Autónoma dos Açores, pelo Vice-Presidente do Governo Regional, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2013/A, de 11 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2014/A, de 7 de agosto, alínea a) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 243/78, de 19 de agosto, n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, artigo 514.º e n.º 1 do artigo 516.º do Código do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

O [contrato coletivo de trabalho celebrado entre a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e o Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras das Ilhas de São Miguel e Santa Maria - Setor da Indústria de Lacticínios de São Miguel \(Núcleo dos Fogueiros\) - Revisão Global, publicado no *Jornal Oficial*, II Série, n.º 137, de 18 de julho de 2014](#), e a [alteração salarial e outras, publicadas no *Jornal Oficial*, II Série, n.º 148, de 9 de agosto de 2017](#) são tornados extensivos, nas ilhas de São Miguel e Santa Maria:

- a) Às relações de trabalho entre empregadores não filiados na associação de empregadores outorgante que se dediquem à indústria de lacticínios, e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção.
- b) Às relações de trabalho entre empregadores filiados na associação de empregadores outorgante que exerçam a atividade referida na alínea anterior e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não filiados no sindicato outorgante.

Artigo 2.º

Não são objeto de extensão as cláusulas que sejam contrárias a normas legais imperativas.

Artigo 3.º

- 1 - A presente portaria de extensão entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
- 2 - A tabela salarial e as cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir do primeiro dia do mês da publicação da presente portaria.

Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, 21 de março de 2018. O Vice-Presidente do Governo Regional, *Sérgio Humberto Rocha de Ávila*.